



VERTICALIZAR É MODERNIZAR? Os primeiros edifícios de apartamentos modernos da orla marítima de Maceió-AL (1960-1980)

¿VERTICALIDAD ES MODERNIZAR? Los primeros edificios de apartamentos modernos de la costa marítima de Maceió-AL (1960-1980)

TO BUILD UPWARDS IS TO MODERNISE? The first modern apartment buildings on the seashore of Maceió-AL (1960-1980)

CAMILA ANTUNES DE CARVALHO CASADO (1); MARIA ANGÉLICA DA SILVA (2)

1. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação Dinâmica do Espaço Habitado, FAU/ UFAL
PPGAU/DEHA/FAU/UFAL, Campus A.C. Simões, Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió, AL
carvalhocamila@hotmail.com
2. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora Associada da FAU/ UFAL/ bolsista de produtividade do CNPq
PPGAU/DEHA/FAU/UFAL, Campus A.C. Simões, Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió, AL
mas.ufal@gmail.com

RESUMO

A verticalização residencial em Maceió se inicia na década de 1960 com o registro de três edifícios no bairro do Centro, à beira-mar, e no bairro do Farol, parte alta da cidade, com vista para o mar e para a lagoa. Os demais exemplares dessa nova forma de morar se estabeleceram no decorrer da década de 1970 nas praias de Pajuçara e Ponta Verde, local que viria a se tornar o “cartão postal” da cidade. Ocupada inicialmente, por exemplares de arquitetura vernacular e por grandes sítios com casas de caráter tradicional, essa área, pouco a pouco, viu sua paisagem ser requalificada com o surgimento das primeiras casas modernas e edifícios verticais. Este artigo pretende delinear as relações entre o morar em apartamentos e o contexto maceioense concretizado por construções pautadas pelos princípios modernos. A pesquisa é baseada em levantamento de projetos em arquivos; no depoimento de pessoas envolvidas no processo de verticalização residencial sejam eles arquitetos ou moradores; e na observação dos espaços através de visitas aos edifícios. Buscar-se-á indagar sobre o processo de modernização naquele período tensionado entre o ímpeto das novidades e o peso dos hábitos já consolidados.

Palavras-chave: Verticalização; modernização; formas de habitar; tradição; universalidade.



RESUMEN

La verticalidad residencial en Maceió se inicia en la década de 1960 con el registro de tres edificios en el barrio del Centro, à la orilla del mar, y en el barrio del Farol, parte alta de la ciudad, con vista para el mar y para la laguna. Los demás ejemplares de esa nueva forma de vivir se establecieron en el transcurso de la década de 1970 en las playas de Pajuçara y Ponta Verde, local que vendría a convertirse en la “tarjeta postal” de la ciudad. Ocupada inicialmente, por ejemplares de arquitectura vernácula y por grandes fincas con casas de carácter tradicional, esa área, poco a poco, vio su paisaje ser recalificada con el surgimiento de las primeras casas modernas y edificios verticales. Este artículo pretende trazar las relaciones entre el vivir en apartamentos y el contexto maceioense concretizado por construcciones pautadas por los principios modernos. La investigación es basada en levantamiento de proyectos en archivos; en la declaración de personas envueltas en el proceso de verticalidad residencial sea ellos arquitectos o pobladores; y en la observación de los espacios a través de visitas a los edificios. Se buscará indagar sobre el proceso de modernización en aquel período tensionado entre el ímpetu de las novedades y el peso de los hábitos ya consolidados.

Palabras clave: Verticalidad; modernización; formas de habitar; tradición; universalidad.

ABSTRACT

Residential high-rise buildings began in Maceió in the 1960s with three buildings in the City Center, on the seafront and in the Farol district (the highest part of the city which commands a view of the sea and lagoon). Other examples of this kind of dwelling appeared in the 1970s in front of the beaches of Pajuçara and Ponta Verde, which have become the “picture postcard” features of the city. After first being characterized by vernacular architecture and traditional farmhouses, this area has gradually witnessed changes in its landscape which is now covered with new modern houses and high-rise buildings. This article seeks to portray the relationship between the residents of the apartments and the “concretized” world of Maceió buildings, that is governed by modern principles. The research is based on the following: a survey of the archives; the testimony of people affected by high-rise building (whether they be architects or residents); and spatial observation obtained from visits to the areas. The modernization of that period will be investigated, together with the pressures arising from innovation and fixed customs.

Keywords: High-rise building; modernization; ways of living; tradition; universality.

Verticalizar é modernizar? Os primeiros edifícios de apartamentos modernos da orla marítima de Maceió-AL (1960-1980)

Os edifícios multifamiliares verticais surgem na capital alagoana na segunda metade do século XX, concentrando-se principalmente na orla marítima e destinando-se à parcela mais privilegiada da população maceioense. Essa tipologia, que se tornou naquela época sinônimo de “viver bem”, ainda hoje causa impacto na paisagem da cidade que vem investindo nesse modelo, multiplicando-o nos seus vetores de expansão, direcionados atualmente para o litoral norte, rumo a bairros que até décadas atrás se mostravam ainda com uma ocupação rarefeita.



Contudo, morar à beira-mar dentro de um formato planejado em Maceió torna-se realidade apenas a partir desta época, ou seja, a partir da década de 60. Antes a cidade acolhia em seu litoral, como grande parte das cidades do Nordeste, as habitações de quem lidava com o mar: pescadores, marisqueiras, os profissionais dos portos. Os bairros litorâneos que hoje detêm a maior concentração de edifícios de apartamentos, em sua maioria de médio e alto padrão, vieram, portanto, substituir grandes sítios de coqueiros e vacarias.

Paulatinamente, o mar fora incorporado à paisagem de Maceió como elemento de apreciação, dando início à valorização das praias como cenário de contemplação e culminando, tempos depois, em locais privilegiados de lazer. E assim como vinha acontecendo nas grandes cidades brasileiras, paulatinamente morar à beira mar torna-se objeto de desejo dos moradores e conseqüentemente alvo de maiores investimentos por parte do poder público. Este processo acaba se somando, como se verá, ao impulso trazido pelo turismo que conseqüentemente, ativa também o setor imobiliário e o hoteleiro.

Os primeiros edifícios residenciais foram surgindo, assegurando a continuidade do “progresso” que já havia chegado à capital com as primeiras construções modernas, entre residências e prédios destinados a instituições públicas assim como os primeiros edifícios comerciais em altura. O processo de modernização de Maceió de fato, se incorpora a uma estratégia política, em especial durante a gestão do governador Arnon de Melo, de 1951 a 1956, que se alinha à chegada de engenheiros e arquitetos formados fora do estado e que vão dar suporte às obras governamentais como também às construtoras interessadas em obras de construção civil em maior escala. Ao surgimento das primeiras casas no “estilo moderno”, segue-se a abertura de ruas e avenidas. E num futuro próximo, estes profissionais recém chegados se responsabilizarão pela fundação das escolas de engenharia e arquitetura na capital,



ampliando então o escopo do projeto modernizador. Modernizar em Alagoas significará não necessariamente alterar modos de conduta ou mudanças na base econômica do estado mas passará pelos canteiros de obra. Há de vencer a geografia, como o próprio nome da cidade indica – que lhe trouxe como um destino um território alagado, profuso em termos de lagoas, riachos e áreas alagáveis. O contexto desenvolvimentista pelo qual passava o país, certamente repercute no estado e colabora nas premissas adotadas localmente.

No sentido de realizar um estudo sobre uma das frentes de modernização da arquitetura em Maceió, este trabalho se volta para o surgimento dos edifícios verticais residenciais visto que eles incorporam, a princípio, alterações muito significativas no modo de morar local: praticamente introduzem na cidade o tema do apartamento, deslocam a moradia para a beira mar e se somam ao processo de turistificação da cidade. Além dos elementos e características físicas dos apartamentos buscou-se observar também questões dos usos cotidianos e aspectos mais subjetivos destes espaços.

A pesquisa iniciou-se respaldando-se em um levantamento dos projetos de edifícios residenciais efetuado nos arquivos da Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU) para localizar quais seriam as experiências pioneiras. Verificou-se que entre 1961 e 1976 foram registrados sete edifícios. A partir daí, o número de registro desse tipo de construção aumentou consideravelmente, principalmente nas orlas de Ponta Verde e Pajuçara.

De fato, antes dos edifícios, algumas casas modernas foram erguidas nas décadas de 1960 e 1970 ainda usufruindo dos ares de sítio que esses lugares mantinham, tendo o processo de urbanização dos bairros se tornado efetivamente acelerado a partir da década de 1980.

Tais dados foram confirmados pela busca nos arquivos. A pesquisa incluiu um longo trabalho inicial de identificação e catalogação dos projetos de edifícios de apartamentos



entre os anos de 1961 a 1979, optando por se aprofundar no material referente ao intervalo dos anos 1960 a 1974, que totalizam sete registros desse tipo, além de projetos de residências unifamiliares e de outras finalidades, no mesmo período, para fins de comparação com a nova forma de habitar.

Sete edifícios e seus registros gráficos

As informações obtidas no levantamento de dados na SMCCU confirmaram os dados que já haviam sido apreendidos com a observação da paisagem edificada: nas décadas de 1960 e 1970 ergueram-se no litoral maceioense sete edifícios, que receberam as seguintes nomeações: São Carlos, Lagoa Mar, Núbia, Jangada, Barroca, Praia Verde e Verde Mar. Antes autônomos, funcionando como marcos da paisagem, hoje se confundem com uma massa de outras edificações verticais que adensaram a ocupação da orla.



Figura 1 - Vista Aérea da Ponta Verde com os Edifícios Barroca e Praia Verde em construção na década de 1970. Fonte: Torres, 2017, p. 8.

De fato, na década de 1960 surgem os dois primeiros exemplares de edifícios residenciais em altura, o edifício São Carlos, no bairro do Centro, e o edifício Lagoa-Mar, no bairro do Farol. Estes dois edifícios antecipam a real ocupação da região à beira das praias porque, embora usufruam da vista marítima, o primeiro se localiza na franja do centro da cidade e assim, se situa numa posição híbrida entre atuar no processo de iniciar a ocupação de uma nova área e respaldar o valor de uma antiga. O Lagoa-Mar também está na mesma situação visto que é edificado no bairro do Farol, ocupação que ocorre já nas primeiras décadas do século XX, quando Maceió busca usufruir de áreas mais altas e ventiladas. Mas como o próprio nome do edifício indica, ele acessa a vista da lagoa e do mar, já que do bairro se vislumbra, no poente, a paisagem da lagoa Mundaú e pelo nascente, o oceano.



Há grandes diferenças em termos dos projetos com relação à sua qualidade arquitetônica e do nível de comprometimento com a linguagem moderna. Em tempos que a profissão de arquiteto ainda está ensaiando seus primeiros passos na cidade, o primeiro projeto será de autoria de um desenhista, Walter de Azevedo Cunha e o segundo, do arquiteto Israel Barros Correia (1922-1978) sendo finalizado pelo escritório em Recife de Acácio Gil Borsoi (1924-2009), tendo como arquiteto colaborador Marcos da Rocha Vieira. Além da questão da formação, outro ponto que diferencia os edifícios é o padrão econômico do morador a que se destinam, oferecendo o primeiro, apartamentos módicos e o segundo, com áreas mais avantajadas e um design que se vale de recursos de acabamento mais esmerados.

Algumas diferenças de solução arquitetônica apontam para que seja atribuído ao edifício Lagoa Mar uma maior fidelidade ao vocabulário moderno. O São Carlos apresenta a tradicional dicotomia das construções que valorizam a fachada principal mais bem trabalhada antepondo-se à do fundo, que, com aberturas acanhadas, apenas imprimem o recato necessário para as atividades do setor de serviço. Já o edifício Lagoa Mar mostra-se melhor resolvido enquanto volume de forma mais coesa. Em ambas as fachadas delineiam-se através de um jogo entre aberturas e os planos de alvenaria e adota-se o emprego farto de vidro e a composição em faixas horizontais como uma forma de balanceamento com a altura dos blocos.

Enquanto o edifício São Carlos é constituído de 20 apartamentos, sendo 2 por pavimento, cada um com cerca de 100 m², o edifício Lagoa Mar possui apartamentos com diferentes metragens, variando entre 300 a 500 m² aproximadamente. No primeiro, os halls social e de serviço são autônomos, e no segundo, apesar de serem independentes, há comunicação entre eles.

Composto por sala de estar espaçosa e demais cômodos com dimensões mais modestas, a planta do edifício São Carlos obedece a uma setorização assim como o Lagoa Mar.

Com dimensões mais amplas, a solução em planta deste segundo edifício define bem os setores, não permitindo a integração dos mesmos como ocorre no São Carlos, onde a presença da sala de jantar ao centro da composição, assegura acessos diretos para os quartos e banheiro, aproximando-se inclusive do setor de serviços. Não há opção de quartos reversíveis e a sala de jantar está diretamente conectada à sala de estar compondo um ambiente único. A varanda, quando não se faz presente, como no São Carlos, as janelas ampliadas compensam essa ausência, permitindo a integração do exterior com o interior, embora não funcione como espaço de transição, que é uma das funções deste ambiente.



Figura 2 – Edifício São Carlos e planta baixa dos apartamentos tipo.
Fonte: Camila Casado e Silva, 1991, p. 159, respectivamente.



Figura 3 – Edifício Lagoa Mar e planta baixa dos apartamentos tipos até o 3o pavimento.
Fonte: Camila Casado e Silva, 1991, p. 108, respectivamente.

Já se vê portanto, a inauguração de um padrão de residência totalmente novo, que se expõe em altura, que abandona o chão e deixa o piso livre para o trânsito e estacionamento de veículos. Em vez da porta, são as janelas que acolhem o exterior: no caso do edifício São Carlos, “à medida que se sobe os andares, mais e mais o azul do mar e os grandes navios penetram na sala de estar, e se fazem visão primeira ao se entrar no apartamento” (SILVA, 1991, p. 157).

Continuando a prática dessa nova forma de morar, ainda no bairro do Centro, vizinho ao São Carlos, aprova-se a construção do edifício Núbia em 1970. De estatura mais baixa, apenas com oito pavimentos e pilotis, este exemplar se mostra com volumetria ainda mais sólida do que o São Carlos, resolvido como um prisma marcado por colunas de cima a baixo, porém com janelas bem menores, usufruindo com mais modéstia da vista que lhe seria proporcionada da Praia da Avenida. Quanto à planta, o edifício possui dois tipos, ambos com setorização bem demarcada. Ademais, os cômodos possuem dimensão semelhante aos do São Carlos, provavelmente atendendo à mesma faixa econômica.



Figura 4 – Edifício Núbia e planta baixa do apartamento tipo.
Fonte: Camila Casado e gEPA¹, respectivamente.

Rumo ao norte: os edifícios de apartamento nas praias de Pajuçara e Ponta Verde

Os moradores de Maceió usualmente adotam um claro direcionamento urbano no que tange à sua área praieira: a ponta de Jaraguá, um dos núcleos fundacionais da cidade e onde se localiza o seu porto, abre-se em dois braços para o litoral: no sentido norte e sul. Apesar do crescimento inicial da cidade acontecer inicialmente rumo ao sul, foi com o redirecionamento em direção às áreas litorâneas situadas ao norte que a verticalização residencial ganhou impulso². Dessa forma, os bairros de Pajuçara e, principalmente, Ponta Verde ganharam seus primeiros edifícios de apartamentos, Jangada, Barroca, Praia Verde e Verde Mar, que surgem no início da década de 1970.

¹ Grupo de Estudos em Projeto de Arquitetura, liderado pelo professor Alexandre Toledo, UFAL.

² Ao final da década de 1970, uma indústria química, a Salgema, é implantada na orla marítima, no bairro do Trapiche, trazendo grandes consequências para a dinâmica urbana da cidade, redirecionando os vetores de crescimento que se inclinavam para o litoral sul. Este fato é comprovado pela implantação de importantes hotéis como o Luxor Hotel de Alagoas e o Hotel Beira Mar, no litoral sul. Mas com a instalação da Salgema, a área sul conhece grande estagnação e começam a surgir hotéis e outros edifícios nos bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, ou seja, no litoral norte.



Figura 5 - Vista de Maceio com as praias da Avenida, Jaraguá, Pajuçara e Ponta Verde.
Fonte: Google, 2017.

Se o Edf. Jangada, possui uma volumetria mais pesada, como um bloco único demarcado por linhas verticais através de colunas que se estendem do pilotis até a cobertura, quebrando a linha horizontal das janelas de vidro, os outros edifícios que compõem com ele o quinteto dos prédios a serem analisados, ensaiam acabar com a monotonia volumétrica deste primeiro exemplar da orla de Pajuçara e Ponta Verde. Adotam a solução de paredes na diagonal, demarcando a planta com vários chanfrados, principalmente nas varandas, banheiros, área de serviço e circulação vertical, proporcionando uma volumetria mais dinâmica aos seus volumes. As varandas, que aparecem pela primeira vez de forma mais marcante, sacada da fachada atraem a atenção adotando formas mais ousadas que a praticada no Lagoa Mar.

Com relação à solução em planta, a setorização rígida continua a ser praticada. Os comodos se caracterizam por usufruir de ambientes bastante amplos, os halls social e de serviço são isolados.

Há alguns pontos peculiares no edifício Jangada, onde não há a presença da varanda mas de um terraço, apenas na denominação, pois o ambiente é fechado por esquadrias. É também nele que aparece a dispensa pela primeira vez. O projeto não é assinado por arquiteto e sim por um engenheiro construtor.

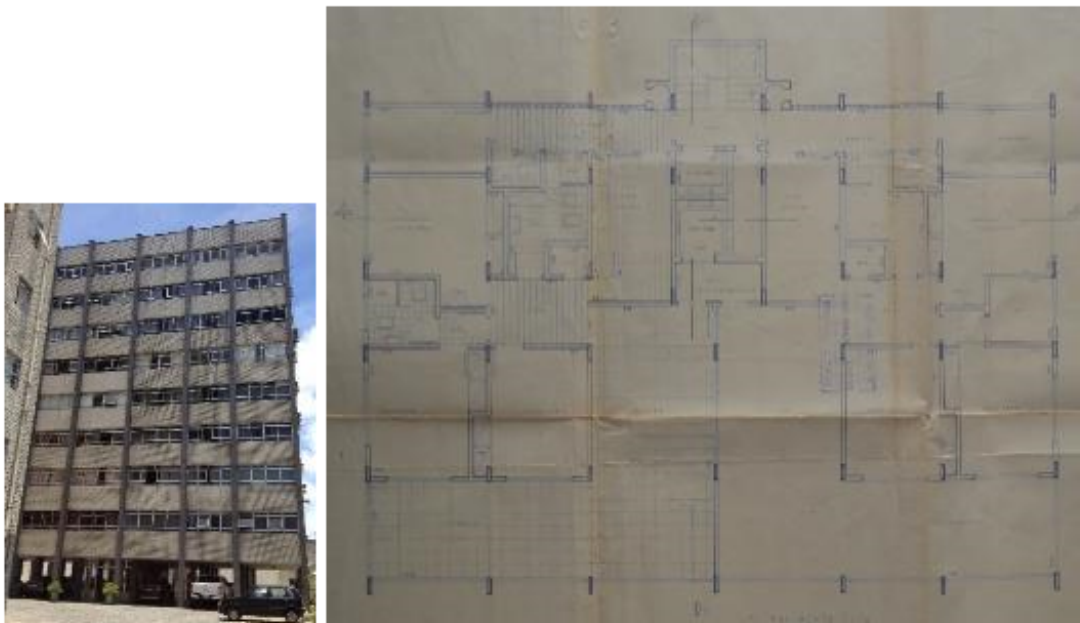


Figura 6 – Edifício Jangada e planta baixa do apartamento tipo.
Fonte: Camila Casado e acervo da SMCCU, respectivamente

Já o Barroca, é o primeiro a inaugurar o pavimento subsolo na construção residencial vertical na orla da cidade. Os dois apartamentos tipo se agrupam em dois volumes distintos unidos pelo bloco da circulação vertical. Há a presença de suíte e de um cômodo de vestir e uma particularidade deste exemplar vertical é que todos os quartos possuem vista para o mar possibilitada pelo escalonamento das fachadas laterais.



Figura 7 – Edifício Barroca e planta baixa dos apartamentos tipo.
Fonte: Camila Casado e acervo da SMCCU, respectivamente.

Continuando a tendência do Barroca, os Edifícios Praia Verde e Verde Mar são dotados de subsolo mas neles aparecem pela primeira vez as coberturas que deixam de cumprir a função de mero telhado mas assumem o estatuto de unidades residenciais privilegiadas, inclusive inaugurando na cidade o conceito de apartamentos duplex.



Figura 8 – Edifícios Praia Verde e Verde Mar e a planta baixa dos apartamentos tipos.
Fontes: Camila Casado e SMCCU, respectivamente.

Uma característica compartilhada por estes sete edifícios é que todos eles vão usufruir da possibilidade de se instalarem em lotes amplos, o que permitiu, além do destaque e boa visibilidade de seus volumes, a praticidade de serem dotados de estacionamentos, acessos duplos, por ruas diferentes, além de contarem com a possibilidade de jardins. Equipamentos como piscinas e outros ligados às áreas de lazer, ainda deverão aguardar um pouco mais de tempo para surgirem na cidade.



Como já foi dito, a ocupação urbana desses bairros no litoral norte de Maceió não gerou de imediato a sua intensa verticalização. Isso aconteceu aos poucos, à medida que outros fatores foram se agregando e impulsionando a densificação ocupacional da área. Até a década de 1980, os dois bairros ainda eram predominantemente horizontais, acomodando residências unifamiliares ou terrenos vazios, onde se destacavam, em intervalos bastante espaçados, os prédios verticais. Para além da frente marítima, ao acessar as ruas posteriores comprovava-se que os bairros ainda se configuravam com a fisionomia usual dos outros bairros da cidade com suas casas simples, geminadas. Portanto, apesar dos bairros terem alcançado o patamar de cartão de visitas da cidade, naquele momento, esse tipo de ocupação ainda ocorria, fato que chega aos dias de hoje.

Paralelamente, em 1971, é implantado o Plano de Urbanização da Pajuçara. Em 1974, iniciava-se o asfaltamento da avenida à beira mar, atual Avenida Álvaro Otacílio. Portanto, a área ganha uma pavimentação que permite o trânsito mais adequado dos automóveis, adequando-se ao que ocorre nas suas bordas com a implantação dos recém surgidos programas arquitetônicos afinados com a modernidade como os próprios edifícios de apartamentos, mas também os clubes e comércio mais sofisticado.

Também justificando estes melhoramentos urbanos há de se considerar que neste momento soma-se um fator muito importante para a cidade: a inauguração em larga escala do turismo de mar no Nordeste do Brasil. Maceió começará a usufruir de uma vocação que se solidificará com o passar do tempo, transformando-a em uma das destinações mais buscadas pelos viajantes que ensejam usufruir de deslumbrantes e sossegadas paisagens marítimas.

Sob este ângulo, o desenvolvimento de Maceió se dará pelo processo de ocupação residencial de suas praias, com destaque para os edifícios em altura, associado à vocação turística que demandava mais uma nova pauta arquitetônica, com a construção



de hotéis, pousadas, restaurantes e bares. Um certo sentido identitário começa a ser criado internamente mas balizado pelo olhar estrangeiro, que encontrava naquelas paisagens um sentido de beleza própria dos trópicos., mas ao mesmo tempo, a referendava frente ao habitantes do lugar.

Verticalizar é modernizar?

O arranha-céu surge no contexto do projeto moderno ocidental bastante vinculado à ideia de progresso: é o avanço das técnicas construtivas como o caso do uso das estruturas de aço e de concreto armado bem como de aparatos mecânicos como elevadores e guindastes, que permitem que a verticalização se imponha como padrão modernizador.

Como já refletia Relph (1987), o arranha-céu, símbolo do capitalismo segundo o autor, passou a ser concebido como sinônimo de progresso:

Antes do século XIX, os grandes edifícios eram invariavelmente expressão da autoridade religiosa ou política, eram templos, igrejas e palácios. A edificação de arranha-céus, contudo, parece não ser apenas uma mera extensão deste desejo de demonstração de autoridade, mas também, em grande parte, a emergência da tendência mundana dos engenheiros vitorianos para construir grande e alto, com o objetivo quase exclusivo de ostentar proezas técnicas. (RELPH, 1987, p. 39, apud RAMIRES, 1997)

De fato, a linha vertical, o sentido de altura, em geral referenda o poder. Além disto, desde a Grécia antiga, ganhar os céus fazia o homem ser mais que ele próprio, alcançando o patamar das aves, o olhar celeste, dos deuses. E este impulso encontrará eco em vários aspectos da modernidade: no fascínio em voar, que vai resultar na invenção do aeroplano, do olhar desimpedido, trazido pelo larga utilização do vidro e da valorização da altura, com a construção de torres e edifícios verticalizados.



Neste aspecto, um fato icônico ocorrido em Maceió, assim como em outras partes do Brasil, será a passagem do Zepelim na década de 1930. Este foi um evento muito aguardado e representava muito mais do que a passagem de um dirigível: renovava as esperanças do alcance aos céus não apenas para pilotos destemidos mas futuramente para o grande público. O emblemático registro fotográfico que paralisou o momento deste feito, no caso maceioense, ganhou ainda mais expressão porque a foto se deu no momento em que o Zepelim passava exatamente em frente à Estátua da Liberdade. Trata-se de uma pequena réplica local, situada quase a beira mar, que parece reforçar a vontade de modernização da cidade ao tempo em que a identifica com a famosa metrópole americana. De fato, a presença americana ocorreu em Alagoas no contexto das grandes guerras. A estátua trazia assim, para o imaginário da cidade, a carga simbólica e o sentido vertical do lugar à qual a original pertencia.



Figura 9 – A Estátua da Liberdade e a passagem do Zepelim em Maceió em 1930.
Fonte: <http://alagoasbytonicavalcante.blogspot.com.br/2012/02/maceio-antiga-2.html>. Acesso em: nov. 2017.

Sobre o processo de verticalização, de fato ele está em franco progresso no país naquele momento. Em São Paulo, em 1940, como descreve Yves Bruand (1981, p. 328), “os arranha-céus começaram a brotar como cogumelos”, e no Rio de Janeiro, “o aumento espetacular da população e a falta de espaço levaram a uma valorização enorme dos terrenos melhor situados, valorização que se traduziu num impulso vertical dos prédios de escritórios e apartamentos, principalmente depois de 1945” (BRUAND, 1981, p. 338). A partir destas duas metrópoles, este impulso se expande para outras capitais brasileiras e cidades interioranas.

Solução arquitetonicamente justificada para suportar a alta densidade e concentração de atividades e pessoas em determinadas áreas da cidade, ou balizada por sonhos de uma outra vida urbana totalmente requalificada pela tecnologia como na poética mecanicista



de Le Corbusier, a verticalização se expande motivada por uma gama de fatores bem mais amplos e até mesmo mais subjetivos do que pressupunham seus idealizadores.

Por exemplo, há a ideia de que o edifício em altura tem em si o fascínio de permitir a visão da cidade do alto e de trazer a ideia de dominação sobre o território em função da sua altura. Tal aspecto guarda eco de construções-ícones da humanidade, como a Torre de Babel.

O arranha-céu permite concretizar estes anseios ancestrais e ainda exibir, através da arquitetura e da propaganda, a identidade de cada um, associada à dos responsáveis por sua materialização. A importância atribuída a esse aspecto pode explicar por que muitos dos primeiros arranha-céus não atendiam a programas funcionais definidos, apresentando espaços para as mais diferentes atividades, como se a única função fosse a de ser alto. (VAZ, 1994, p. 179)

Mas se nos valermos de registro cinematográfico, o recente documentário “Um lugar ao sol”, de 2009, montado através de entrevistas a moradores de coberturas, temos um outro exemplo onde a questão do morar nas coberturas traz justamente o argumento do olhar de cima, alcançando patamares cada vez mais altos e mais perto dos deuses, levando a sensações diversas: da dominação do espaço, do poder do indivíduo ao seu apequenamento:

- O Rio de Janeiro é um privilégio. E eu sou mais privilegiada ainda porque, na verdade eu sempre morei olhando por cima... olhando por cima, quer dizer, eu vejo as coisas assim como se eu tivesse até, sei lá, pertinho do céu mesmo.
- O que a gente tem de bom é o que a gente abre os olhos e vê. Eu acho maravilhoso! Porque você tem a possibilidade de você tá vivenciando em outro plano. É uma sensação de domínio. Parece que eu tô dominando o espaço, sabe?
- A cobertura ainda está melhor porque está sobre todos.
- A resposta que você, Gabriel, estava falando é a humildade. A gente ter a intrínseca certeza de que somos todos um grãozinho de areia e de que somos todos de uma forma muito beneficiados pela natureza. Então basta ter a sensibilidade que a maior riqueza e a maior abundância está em volta de nós. Existe um Deus nesse mundo. Olha, é talvez uma das grandes vantagens de viver numa cobertura.
- É porque nós podemos falar com Deus aqui mais facilmente.



Segundo esses depoimentos, morar no alto é um privilégio para poucos e possibilita sensações de poder, de segurança e segregação. É como se a natureza fizesse parte de um cenário exclusivo não frequentado, mas que pode ser observado ao longe. E ao ser observado, concederia ao observador o privilégio de poder exercer alguma ação sobre o visto, ou, seja, sobre a cidade ou sobre a natureza. Ou sobre ambos. Morar nessas coberturas é praticamente vivenciar um mundo particular, onde tudo é possível no nível do imaginário.

Ao ensejo da visão do alto, soma-se o privilégio de cada vez mais estar próximos à natureza. É o que se pode deduzir de uma das regiões que seguramente serviu como espelho para o processo de verticalização à beira mar de inúmeras cidades no Brasil e em outros países: “No caso de Copacabana temos um arrabalde que, sob o signo da modernidade e da salubridade, foi rapidamente concebido como um “futuroso” bairro pronto a abrigar as famílias chiques dos tempos republicanos. (O’DONNELL, 2013, p. 38)

Ao bairro saneado e moderno, se somará rapidamente o valor do edifício em altura. “Não tardou para que Copacabana, já inscrita na cartografia local sob a égide da modernidade e da pujança econômica, entrasse na rota dos arranha-céus, despontando, sem demora, como sinônimo de moradia vertical. (O’DONNELL, 2013, p. 196 e 197)

A concentração dos arranha-céus entre a região central e os bairros atlânticos deixava claro que, ao contrário do que acontecia em outros países (onde a verticalização se difundia como solução técnica para a questão da habitação), no Rio de Janeiro o edifício de apartamentos emergia como a moradia das elites e das classes médias ascendentes. Erguidos com materiais nobres e divulgados através de estratégias voltadas para um público de alto poder aquisitivo, os primeiros prédios altos do Rio primavam pelo esforço de oposição às antigas habitações coletivas, o que ficou mais explícito após a crise financeira de 1929, quando, a despeito do decréscimo de investimentos na construção civil, os arranha-céus continuaram a se disseminar pela cidade. (O’DONNELL, 2013, p. 199)

Maceió e o edifício residencial em altura



A classe mais abastada em Copacabana via no edifício em altura um ideal de moradia e civilização modernas, fato que permeou outros bairros de capitais brasileiras, nos quais, mesmo onde não faltavam terrenos para construir residências, edificaram-se grandes prédios, confirmando a adesão a um modelo alheio à realidade local, mas paradigmático pois sacramentava a conexão com lugares supostamente de maior prestígio.

Assim, questiona-se se Maceió, cidade litorânea, assim como o Rio de Janeiro, seguiu – guardadas as devidas proporções - os mesmos passos para uma “dita modernidade”. Procura-se encontrar o motivo que levou à verticalização na cidade tentando identificar as mudanças no modo de morar ocasionadas pela transição da casa térrea unifamiliar para a habitação multifamiliar verticalizada. Ainda nessa perspectiva, buscou-se refletir sobre as razões pelas quais as pessoas optaram por morar à beira-mar, principalmente nos edifícios verticais, se porque essa era uma forma de morar moderna, ou sob inspiração de outras cidades, como o Rio de Janeiro. Cabe lembrar o papel de Copacabana no imaginário nacional e internacional, como também a força dos Estados Unidos e do seu cinema divulgando outras formas de morar distintas da casa térrea.

As respostas ainda não são conclusivas mas já se pode levantar algumas ponderações parciais. Tratando da dimensão arquitetônica, a princípio, uma obra moderna deveria, em geral, atender a uma equação: modernizar significaria aderir à tecnologia disponível. No caso de Maceió, a situação ainda era muito precária em termos de oferta profissional e de produtos industrializados.

Com base na análise dos desenhos gráficos dos primeiros edifícios em altura na cidade percebe-se que algumas mudanças ocorreram nas opções oferecidas pelos edifícios com consequências nos modos de morar. Para além do fato de compartilhar uma mesma opção de planta baixa, morar em patamares mais altos e coletivamente, a unidade residencial em si ganha outras características. A setorização tradicional que demarcava tenuamente a separação entre os setores social, íntimo e de serviço, agora é colocada de



forma mais rígida. A maior parte dos cômodos ganha o direito de usufruir de luz e sol, com janelas de dimensões mais generosas, que por sua vez, devem cumprir com a porcentagem ditada pelo código de obras. Também com relação aos materiais, cômodos como cozinha e banheiro ganham melhor condição de higiene e uma atualização em termos de revestimento.

Com relação à volumetria desses edifícios, as características modernas não são arrojadas, provavelmente devido a limitações tecnológicas e também pela pouca atuação de arquitetos nos projetos, em sua maioria conduzido por engenheiros e construtores. Contudo, dentro da padronagem moderna, assegura-se a área de pilotis, um desenho geometrizado das fachadas, o abandono dos adornos, as extensas superfícies de vidro e o emprego farto de materiais valorizados pelos princípios modernizantes já adaptados ao Brasil como o azulejo e os diversos tipos de cerâmica.

Contudo, alguns outros aspectos demonstram os limites da mudança dos hábitos. Dois exemplos são a confirmação da presença de quarto de empregada, sempre com área modesta ou inadequada ao seu uso e associada ao bloco de serviços, e a demanda por dois halls social e de serviço demonstram um apego às tradições e não se coadunando com as ofertas tecnológicas do modernismo que propiciava que os próprios moradores realizassem as funções domésticas cada vez com mais facilidade e inclusive, com um certo glamour.

Portanto, em Maceió, verticalizar não significou totalmente modernizar, considerando-se ainda que, apesar dos esforços de certos profissionais e pela atualização do padrão arquitetônico de algumas obras realizadas em algumas áreas da cidade, as novas formas de morar continuaram convivendo com um contexto urbano e social que ainda bebiam das tradições locais:

A modernização arquitetônica e urbana de Alagoas desenvolveu-se enraizada num contexto artificial, que contamina o seu produto. A



arquitetura moderniza-se mas, malgrado o papel ativo que cabe ao próprio espaço de gerar renovações, a sociedade a que abriga permanece pouco mudada. (SILVA, 1991, P. 35)

Contudo, salienta-se que foi a partir de um conjunto de esforços nos quais os edifícios residenciais se incluem, que a cidade se desenvolve com novas frentes, associando a praia à sua dinâmica urbana e compondo novos cenários. E neste aspecto, anuncia-se um ganho que talvez não tenha se cumprido: o de uma sociedade de tradição rural, acostumada ao latifúndio, pudesse rever a sua forma de conceber a natureza. Posta apenas como vetor econômico, as classes de maior poder aquisitivo associavam-se à produção do açúcar. Portanto, as extensas áreas verdes se traduziam em local de exploração da natureza e do trabalho humano. A passagem de uma natureza a ser explorada para a que se contempla no formato de paisagem, não acontece de forma instantânea. A larga janela do edifício, como “uma espécie de máquina de olhar” (CAUQUELIN, 2007:77), propunha ver os ramalhetes de coqueiros e o azul do mar como eventos meditativos.

“Emolduramos, fazemos da cidade paisagem pela janela que interposmos entre sua forma e nós. (...) A cidade participa da própria forma perspectivista que produziu a paisagem” (CAUQUELIN, 2007:149). No caso dos edifícios verticais da Pajuçara e Ponta Verde, para além do ato educador que a cidade moderna provoca na contemplação ao alto e ao longe, seus habitantes se defrontavam com um verdadeiro jardim natural. Propiciador de muitos sonhos, para além dos trazidos pela altura e pela verticalidade que ainda não se sabe se foram de fato sonhados...

Referências

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed Perspectiva, 2003.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O'Donnell, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.



RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. A cultura do consumo e a produção simbólica dos espaços verticalizados nas cidades brasileiras. **Boletim Goiano de Geografia**, 17 (2): 31 – 51, jul/dez, 1997.

SILVA, M. A. **Arquitetura Moderna – a atitude alagoana 1950-1964**. Maceió: SERGASA, 1991.

TORRES, Rodolfo de Albuquerque. **Do erodido ao frugal : proposta arquitetônica para o Alagoinha, Maceió, Brasil**. 2017. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2017.

VAZ, Lilian F. **Uma História da Habitação Coletiva na Cidade do Rio de Janeiro: Estudo da modernidade através da moradia**. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.